

ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE): AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E SUA RELAÇÃO COM O NOVO ENSINO MÉDIO

ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICO (OCDE): LAS COMPETENCIAS SOCIOEMOTIVAS Y SU RELACIÓN CON LA NUEVA ENSEÑANZA SECUNDARIA

Bruna Peroba Loureiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

loureiro_bruna@yahoo.com.br | orcid.org/0000-0002-0736-0231

Resumo

O presente trabalho irá discutir acerca do relatório da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) intitulado por “Competências para o Progresso Social: o poder das competências socioemocionais” analisando especificamente o capítulo de número um denominado por: “O papel da educação e das competências no mundo atual” e sua relação com as competências socioemocionais na formação da juventude. A OCDE tem importante papel na promoção e viabilização das competências socioemocionais no Brasil, principalmente por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Novo Ensino Médio (NEM) na Lei nº13.415/2017. Na análise metodológica faz-se necessário visitar o relatório produzido pela OCDE com base em estudos desenvolvidos pela organização buscando identificar onde se localizam as competências que devem ser desenvolvidas no espaço escolar e quais são as orientações preconizadas pela OCDE para o desenvolvimento destas. Com base no materialismo histórico-dialético e por meio de análise documental como instrumento de coleta de dados, o referido trabalho discutirá sobre os apontamentos realizados pela Organização no primeiro capítulo. Nesse sentido, é necessário como alternativa pensar que a escola ainda é um espaço para o desenvolvimento de uma sociedade com valores éticos, justos e humanitários e uma forma de resistir perante à atuação do setor empresarial na educação pública.

Palavras-chave: Competências Socioemocionais; OCDE; Educação; Formação; Classe Trabalhadora.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD): SOCIOEMOTIONAL SKILLS AND THEIR RELATIONSHIP WITH THE NEW HIGH SCHOOL

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



Abstract

The present paper will discuss the report by the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) entitled *“Skills for Social Progress: The Power of Social and Emotional Skills”*, focusing specifically on the first chapter, *“The Role of Education and Skills in Today’s World”*, and its relation to social and emotional skills in youth development. The OECD plays an important role in promoting and enabling social and emotional skills in Brazil, particularly through the National Common Curricular Base (BNCC), the New Secondary Education Reform (Law Nº. 13.415/2017). In the methodological analysis, it is necessary to examine the report produced by the OECD, based on studies carried out by the organisation, seeking to identify where the skills to be developed within the school environment are located and what guidelines are recommended by the OECD for their development. Grounded in historical-dialectical materialism and through documentary analysis as the data collection instrument, this paper will discuss the OECD’s considerations presented in the first chapter. In this sense, it is necessary, as an alternative, to consider that the school is still a space for fostering a society guided by ethical, fair, and humanistic values, as well as a means of resisting the growing influence of the business sector on public education.

Keywords: Social and Emotional Skills; OECD; Education; Training; Working Class

ORGANIZAÇÃO PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICO (OCDE): LAS COMPETENCIAS SOCIOEMOTIVAS Y SU RELACIÓN CON LA NUEVA ENSEÑANZA SECUNDARIA

Resumen

El presente trabajo discutirá el informe de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) titulado *“Competencias para el Progreso Social: el poder de las competencias socioemocionales”*, analizando específicamente el primer capítulo, denominado *“El papel de la educación y de las competencias en el mundo actual”*, y su relación con las competencias socioemocionales en la formación de la juventud. La OCDE desempeña un papel importante en la promoción y viabilización de las competencias socioemocionales en Brasil, principalmente a través de la Base Nacional Común Curricular (BNCC), del Nuevo Bachillerato (NEM) en la Ley nº 13.415/2017. En el análisis metodológico, resulta necesario revisar el informe producido por la OCDE, basado en estudios desarrollados por la organización, buscando identificar dónde se localizan las competencias que deben desarrollarse en el ámbito escolar y cuáles son las orientaciones preconizadas por la OCDE para su desarrollo. Fundamentado en el materialismo histórico-dialéctico y mediante el análisis documental como instrumento de recolección de datos, este trabajo discutirá los puntos señalados por la Organización en el primer capítulo. En este sentido, es necesario, como alternativa, considerar que la escuela sigue siendo un espacio para el desarrollo de una sociedad con valores éticos, justos y humanitarios, así como un medio de resistencia frente a la actuación del sector empresarial en la educación pública.

Palabras clave: Competencias Socioemocionales; OCDE; Educación; Formación; Clase Trabajadora.

Introdução

No Brasil, uma amostra preliminar de um relatório da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) surge em 2014, na cidade de São Paulo, sob o apoio do Ministério da Educação (MEC), do

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Ayrton Senna (IAS). A presença e a atuação da OCDE de maneira prescritiva, apontam algumas transformações significativas no Brasil, como: disciplina fiscal, câmbio competitivo, privatizações, sob justificativa de promoção do desenvolvimento e do crescimento econômico.

A existência do Brasil como participante da OCDE ocorreu por meio de pedido no ano de 2017, mas somente se consolidaria no ano de 2022, por meio de carta convite. As ações da OCDE são voltadas para a promoção de diretrizes, políticas públicas, categorias internacionais e análise de sistemas de educação e de previdência (Neves, 2022).

Nesse sentido, a especificidade deste respectivo trabalho se apoia sobre as diretrizes construídas a partir das competências socioemocionais abrangidas pela OCDE, por meio de um relatório desenvolvido ao longo de três anos pela organização.

A metodologia adotada é de caráter qualitativo e consiste na análise de parte específica do relatório produzido pela Organização. No processo de investigação, foi realizado levantamento teórico e bibliográfico, que contribuiu para a compreensão das ações adotadas pela respectiva organização no país, a fim de produzir reflexões referentes às competências socioemocionais, que têm sido adotadas na formação da juventude brasileira.

Com base no materialismo histórico-dialético, procuramos fazer uso desse método de modo a ampliar a leitura e a compreensão da realidade, não utilizando-o como um mero instrumento de aferimento linear dos acontecimentos, que estão em movimento contínuo. Nesse sentido, o método em questão vem para auxiliar no entendimento da realidade e na ação de transformá-la mediante os processos permeados por conflitos, disputas, interesses e dinamismos no campo educacional.

Isto posto, compreender o Método é instrumentalizar-se para o conhecimento da realidade, no caso, a realidade educacional. O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da

materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade (Pires, 1997, p.87).

Assim, o método materialista histórico-dialético possibilita que o pensamento se movimente. Na observação da realidade real, pensar sobre a realidade, seus processos, mediações e conflitos, é o meio para se chegar ao concreto de maneira mais elaborada e integral, mediante a relação estabelecida entre a observação e a ação de refletir sobre o respectivo objeto. No cenário educacional, esse método constitui como compreensão de que é possível pensar no trabalho como princípio educativo, como elemento cerne para o processo educativo, a fim de implicar que a relação existente entre homem e natureza versa sobre as manipulações realizadas entre o conhecimento das leis naturais e ação do homem em transformar a natureza para a sua reprodução material. A análise qualitativa e orientada pelo método do materialismo histórico-dialético, utiliza como instrumento de coleta dados a análise documental, que objetiva a retirada de informações para a investigação e análise do respectivo objeto tendo o contexto social como modo de apreensão da realidade.

A justificativa deste estudo é pautada pela centralidade que organismos internacionais têm angariado na educação pública brasileira, a fim de definirem diretrizes, desenvolvimento de práticas pedagógicas e de materiais que influenciam na construção de orientações e políticas públicas em todos os níveis educacionais, principalmente no Ensino Médio, além da influência no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento econômico e o uso de resultados, que demonstram como tem sido desenvolvida a educação pública brasileira e o quanto a atuação do setor público configura-se como ineficiente. Segundo a OCDE, torna-se necessário que se apliquem estratégias empresariais, para que esse processo impulse melhores indicadores educacionais, como preconiza a organização. Nesse sentido, compreender a atuação da OCDE

como organismo internacional, na promoção de políticas que versam sobre o cenário educacional é um elemento relevante para a formação humana em uma conjuntura política e econômica que tem descaracterizado a atuação do setor público.

De acordo com o relatório, o desemprego tem sido elemento que dificulta a inserção dos jovens com baixa escolarização no mercado de trabalho, devido à dificuldade existente entre o mundo escolar e o mundo do trabalho. Face a isto, o Ensino Médio, última etapa da escolarização básica, seria o lócus fundamental para o desenvolvimento das competências socioemocionais, como a perseverança, o autocontrole e a resiliência, que perpassam pelas esferas cognitiva, social e psicomotora. Tudo isso, contribuiria para a formação de um indivíduo capaz de obter êxito no mercado de trabalho. O mercado de trabalho tem obtido mudanças substanciais, como a plataformização. Para atingir esse mercado seria necessária a formação desse estudante de maneira flexível e resiliente, com vistas a prepará-lo para a conformação diante da realidade avassaladora do desemprego e da individualização que assevera o empreendedor de si, como a oportunidade de obtenção de sucesso.

1. Historicidade da categoria Trabalho-Educação

Ao pensarmos em Trabalho-Educação, sempre resgatamos que o trabalho como princípio ontológico seria a maneira ideal de definir e caracterizar a forma pela qual o sujeito se constitui como ser social. O resgate e a importância do trabalho na sociedade deveriam considerar que a manipulação dos elementos da natureza juntamente com o conhecimento das leis, promovem a transformação da natureza. É por meio desse conhecimento que o homem se forma, se relaciona com os outros, transmite saberes. A educação tem centralidade nesse processo, pois é por meio do qual os sujeitos apreendem os conhecimentos socialmente construídos pela humanidade.

Ora, o que diferencia os homens dos demais fenômenos, o que o diferencia dos demais seres vivos, o que o diferencia dos outros animais? A resposta a essas questões

também já é conhecida. Com efeito, sabe-se que, diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. Portanto, o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. E o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo da atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional (Saviani, 2015, p.286).

A busca pela sobrevivência implica na necessidade do trabalho. Esse processo perpassa pela compreensão de que é indispensável a manipulação dos elementos da natureza para assim transformá-la. A sobrevivência é um elemento fundamental para a reprodução da vida humana. Todo esse processo perpassará pelo ato educativo, que atua na formação do sujeito e no estabelecimento dessa relação com o mundo e com o conhecimento.

Apenas o trabalho tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição: sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza, e tanto a inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) quanto a orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (Lucács, 2018, p. 9-10).

Em contrapartida, a centralidade do trabalho se modifica, a medida em que o avanço do capitalismo desconfigurou essa compreensão ontológica do trabalho. A transformação dessa realidade transformou o trabalho ontológico em trabalho alienado, forçando o trabalhador a atuar sob a lógica reprodutiva do capital. Além disso, a educação também precisou se adequar ao novo contexto, pois a fim de reproduzir a mão de obra seria necessário que os processos educativos fossem adequados aos novos *modus operandi* de produção. Essa força de trabalho precisaria se enquadrar a nova dimensão do trabalho, que por meio do advento tecnológico para a respectiva época seria necessário que os trabalhadores se enquadrassem na nova realidade. A dimensão escolar também passaria por esse processo, tornando as práticas pedagógicas meios para se efetivar a organização do trabalho de acordo com o desempenho na indústria, ou seja, era fundamental que os trabalhadores obtivessem uma formação pautada sobre

os princípios técnicos e científicos, pois a operação das máquinas dependia do domínio de conhecimentos específicos voltados para as áreas da matemática e da física (Alves, 2020). Nesse sentido, a partir da necessidade de atender a demanda da produção capitalista, a escola esteve voltada para o desenvolvimento de atividades que envolvessem o setor produtivo do trabalho tendo a disciplina e o processo de padronização como elementos centrais.

É a partir desse ponto que começa a ser desenhada uma dualidade educacional: uma escola voltada para os (as) filhos (as) classe trabalhadora e outra destinada aos filhos da burguesia. Uma escola instrumental, pragmática, enquanto a outra esteve voltada ao exercício do pensamento, do aproveitamento do ócio, da construção do conhecimento. Tudo isso não é novidade para ninguém, pois se há uma sociedade de classes, existirá uma escola dual. O que começa a tomar forma na dualidade escolar é que esse respectivo procedimento adequado as demandas que surgiram no mundo do trabalho produtivo vão sendo adaptadas até atingir a Pedagogia das Competências.

Se em momento anterior, a educação esteve voltada para formar o trabalhador que conseguisse operar e supervisionar o trabalho da máquina, a Pedagogia das Competências e, no tempo presente, as Competências Socioemocionais, vão buscar atingir a formação de subjetividades. Atualmente, essas subjetividades são caracterizadas como: flexíveis e resilientes. Sendo assim, o sujeito passa a ser formado sob estes moldes para um novo mercado de trabalho.

A ideia que se difunde quanto à pertinência do uso da noção de competência pela escola é que tal noção seria capaz de promover o encontro entre trabalho e formação. No plano do trabalho, verifica-se o deslocamento do conceito de qualificação em direção à noção de competência. No plano pedagógico, testemunha-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações concretas e específicas. Essas competências são definidas em relação aos processos de trabalho que os sujeitos deverão ser capazes de compreender e dominar (Ramos, 2001, p. 1).

Nesse sentido, as competências e agora de cunho emocional precisam ser objeto de aprendizagem da educação da classe trabalhadora, mediante os processos de mudança e desafios que o mundo do trabalho tem proposto para os estudantes. O resgate da adaptabilidade, do aprender a aprender, do aprender a fazer e a ser e até do aprender a empreender são estratégias que vão estar presentes nos currículos escolares. Como a atuação dos organismos internacionais é permeada de intenções, a escola acaba sendo o lócus perfeito para a adesão das prescrições que buscam transformar a realidade educacional, melhorar os índices e trazer a equidade educacional para a educação brasileira. Na verdade, essas práticas tem solicitado de maneira extenuante de educadores e estudantes o aceite e a reprodução uma realidade desigual. O sistema capitalista estando em crise produz exímias contradições, de modo que como não há emprego para todos (as), é necessário que se formem sujeitos sociais que além da inteligência sejam resilientes e adaptáveis, diante da realidade precária e miserável, que tem sido produzida. Na próxima seção, explicaremos sobre a prescrição feita pela Organização há dez anos e que tem obtido influência até a presente data.

2. Contexto de inserção das diretrizes socioemocionais da OCDE

O primeiro capítulo intitulado “O papel da educação e das competências no mundo atual”, segundo a OCDE, apresenta que a influência do campo socioeconômico, é uma problemática para a formação e desenvolvimento da infância e da juventude. Em contrapartida, diante dos desafios contemporâneos somente uma formação escolar com qualidade não seria capaz de garantir a inserção no mercado de trabalho, de acordo com o próprio relatório. Como lei de causa e efeito, para todo o problema haveria uma solução a ser seguida, que é salientada da seguinte forma:

A educação tem enorme potencial para enfrentar esses desafios, melhorando competências. As competências cognitivas e as socioemocionais, como a perseverança, o autocontrole e a resiliência, têm a mesma importância. É preciso incentivar todas as competências para indivíduos e sociedades

prosperarem. Aquelas capazes de responder com flexibilidade aos desafios econômicos, sociais e tecnológicos do século 21 têm mais chances de ter vidas prósperas, saudáveis e felizes. As competências socioemocionais são úteis para enfrentar o inesperado, atender múltiplas demandas, controlar os impulsos e trabalhar em grupo. As competências são adaptáveis; podem evoluir com a prática e ser reforçadas por experiências. As cognitivas, sociais e econômicas podem se desenvolver independentemente, mas também influenciar umas às outras (Ocde, 2015, p. 17-18).

Tais medidas prescritas pela OCDE, apontam a educação como um fator de enfrentamento e de garantia de prosperidade e de felicidade. Assim, a OCDE realiza o processo de influência na área educacional, preconizando que o desenvolvimento de competências voltadas para as questões cognitivas e socioemocionais, promoveria a adaptação a um mundo imprevisível e instável, exigente e mutante (Ocde, 2015). Se o desenvolvimento dessas competências obtiver êxito, crianças e adolescentes poderão responder aos desafios econômicos, sociais e tecnológicos de maneira flexível podendo prosperarem, serem saudáveis e felizes (Ocde, 2015).

Figura 1.1. O desemprego juvenil está no nível mais elevado em vários países da OCDE

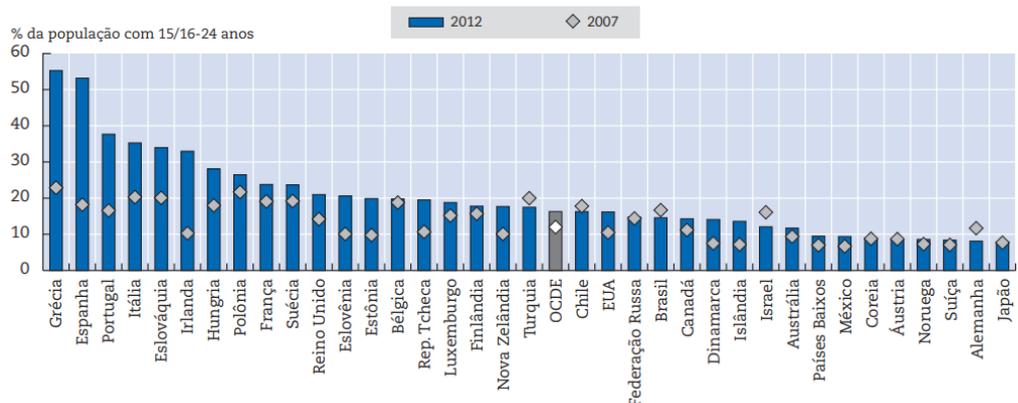


Figura1: Desemprego juvenil em países da OCDE Fonte: Relatório OCDE.

A imagem anterior exhibe os índices de desemprego entre a juventude nos países parceiros da Organização. Em face às mudanças de um mercado de trabalho marcado pela instabilidade e regido pela lógica do capital, cada vez mais dinâmico e flexível, os jovens com baixa escolarização acabam se

tornando alvos. A resposta da OCDE para isso considera que “Os jovens, hoje, dependem mais das próprias competências e da motivação para obter sucesso futuro” (Ocde, 2015, p.21). Sucesso, resiliência, empreendedorismo são as palavras do momento e tem caracterizado as práticas escolares na realidade da juventude brasileira, por meio do Novo Ensino Médio.

Além disso, o relatório aponta a existência de uma ligação entre a educação e índices socioeconômicos que devem ser atingidos e alcançados, apresentando alguns pontos que merecem maior atenção, a fim de que o uso das competências possa atingir a sua eficácia, além do impacto sobre o campo econômico e social, seria necessário conhecer a metodologia e o modo como aplicá-la, quais os espaços que as competências socioemocionais podem ser trabalhadas com as crianças e os jovens e como os envolvidos com o setor educacional poderiam estar engajados, a fim de promover e incentivar as competências na formação dos indivíduos.

As diferenças de desempenho começam cedo. As competências cognitivas e socioemocionais desenvolvidas durante os primeiros anos de vida determinam as bases do futuro potencial. Enquanto bases fortes nos primeiros anos aumentam as chances de resultados positivos, bases fracas tendem a causar dificuldades. Há efeitos cumulativos sobre o que as crianças aprendem ou não. No entanto, as competências são maleáveis e é possível mudar trajetórias divergentes no decorrer da vida (Ocde, 2015, p.25).

Durante a realização da leitura do documento, além de produzir diretrizes, que irão desenvolver as competências cognitivas e socioemocionais no espaço escolar, como alternativa aos desafios que o século XXI impõe, a OCDE ressalta que a temática da saúde, como a obesidade tem obtido relevância e influência no cenário educacional. O relatório aponta que os índices têm crescido desde os anos de 1980, entre os países. Isso remonta ao conceito desenvolvido nos anos de 1950 sobre o capital humano e que é definido por Gaudêncio Frigotto, como “A noção de capital humano constitui-se, na década de 1950, a partir da ideia de um trabalhador treinado, adestrado e educado, com saúde para se adaptar às

exigências da produção mercantil e atingir a produtividade máxima” (Frigotto, 2009, p.70).

Nesse sentido, é necessário pensar na seguinte hipótese: se há uma preparação de indivíduos que atuarão sob os princípios das competências, para essa nova realidade que se constituiu e vem sendo elaborada por organismos internacionais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e a OCDE, não basta somente encontrar respostas para uma crise do capital, agora a máxima é responsabilizar o indivíduo e atuar para conformá-lo aos processos que envolvem essa realidade.

Logo é necessário desenvolver: a resiliência, a capacidade de controlar as emoções, a perseverança mediante a realidade instável e flexível, a fim de atender as flutuações, que surgem no mundo do trabalho. Tudo isso perpassa pela promoção do Novo Ensino Médio a adoção dos itinerários formativos com vistas a incentivar o empreendedorismo e o projeto de vida desse estudante.

A crise estrutural e reprodutiva do mundo do trabalho e do pleno emprego é um reflexo do capitalismo flexível e destrutivo que contribui para a descartabilidade do trabalho e a substituição do homem pela máquina, em prol da acumulação. O empreendedorismo tem sido visto como a nova alternativa diante dos alarmantes índices de desemprego existentes na sociedade.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas... (Harvey, 1992, *apud* Antunes, 1999, p. 21).

Assim o neoliberalismo consegue produzir um sujeito que agora é empreendedor e este se transforma em senhor e servo. Logo, os homens não trabalham mais para a satisfação de suas próprias necessidades, mas pelo capital, que as produz e que equivocadamente os indivíduos as percebem como se fossem suas.

Entretanto, não se fala mais em empregabilidade, mas em empreendedorismo, o qual se pode compreender com a ajuda de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) como o empreendedorismo de si. Trata-se, portanto, de uma versão ainda mais cruel para os/as trabalhadores/as, pois esconde a real finalidade que se pretende impor à educação: formar sujeitos flexíveis, preparados para a precariedade, individualistas, que ignoram a vida em sociedade para tratar de seus interesses; pessoas que naturalizam a exclusão e a precarização de si próprios (Ramos, Paranhos, 2022, p. 81).

A educação como projeto de sociedade sofre com as influências neoliberais e acaba por promover o isolamento da capacidade crítica, de concepção do trabalho ontológico e educativo. A consequência é uma formação de mão de obra barata, que pode se adaptar à lógica do empreendedorismo e do desemprego. Desse modo, o Novo Ensino Médio, Lei nº13.415/2017 formaliza e fortalece o desenvolvimento do empreendedorismo, ao adotar os itinerários formativos na estrutura curricular e na formação da juventude. Ao legimitar isto, há como consequência um processo formativo voltado para a informalidade e para a flexibilidade, sob o eufemismo de que o empreendedorismo, é uma forma de ser patrão de si mesmo. No entanto, essa retórica é para que o sujeito se responsabilize pelo seu destino.

Neste caso, palavras como flexibilização, resiliência, adaptação, aprender a aprender, empreendedorismo, etc., prestam-se a transferir para os sujeitos a responsabilidade por sua inserção no mercado de trabalho, a despeito de todo processo de precarização e de desemprego estrutura que vivenciamos com a crise capitalista (Magalhães, 2023, p. 19).

Inicialmente implementado pela Medida Provisória (MP 746/2016) e em seguida sob a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 durante o governo de Michel Temer, o Novo Ensino Médio caracterizou-se por:

De acordo com a lei, as escolas deverão ampliar a carga horária de 800 horas anuais para 1.000 horas, em um tempo de transição de cinco anos, contados a partir de março de 2017. Progressivamente, deverão oferecer 1.400 horas anuais de carga horária, tornando-se escolas de tempo integral. A Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017) estabeleceu, como inovação, nova composição para o currículo: parte deve ser destinada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no máximo 1.800 horas para sua integralização, e a outra parte para itinerários formativos, com cinco arranjos curriculares. A intenção é flexibilizar parte do currículo do

Ensino Médio com caminhos formativos à escolha dos estudantes, dependendo das possibilidades de oferta dos sistemas de Ensino (Hernandes, 2020, p. 580).

A flexibilização do currículo, como estratégia utilizada aponta que os jovens poderão ter o direito de escolher qual caminho seguir tendo como eixo seus interesses. Em contrapartida, a OCDE deixa nítido em seus documentos que somente a formação escolar não seria suficiente, deixando em evidência que um conjunto de competências seria necessário, para o novo desenvolvimento educacional das escolas.

As recentes dificuldades econômicas potencializaram o fato de que, em um mercado global competitivo, as qualificações educacionais não são suficientes para encontrar e manter um emprego de boa qualidade. Fica claro que é preciso um espectro mais amplo de competências para alcançar sucesso no mercado de trabalho [...] (Ocde, 2015, p.22).

Segundo o respectivo relatório da OCDE, o indivíduo por si seria capaz de obter êxito por meio de suas competências e o desenvolvimento dessas, poderia trazer para os jovens da classe trabalhadora as mesmas condições materiais e sociais que os filhos da classe burguesa possuem. O que não se leva em conta pelo relatório é que a relação de poder e a combinação desigual da economia brasileira apontam inúmeras desvantagens existentes que a classe trabalhadora possui diante da burguesia.

Considerando as relações entre os interesses da sociedade e as políticas impostas à educação ao longo dos anos, é possível compreendermos como o sistema educacional, que poderia e deveria ser um caminho de emancipação e transformações, vem alimentando a desigualdade social no Brasil, e a forma como suas instituições preservam a herança sociocultural imposta das classes dominantes (Moura, Cruz, 2022, p. 5).

Assim, o sistema educacional vigente produz a mão de obra mais barata para o mundo do capital, que mediante as transformações no mercado de trabalho tem se caracterizado pela flexibilidade. A educação ser situada por essa forma não produz nenhum benefício para a classe trabalhadora. Nesse conflito de interesses, além da dualidade educacional

existente, é promovida uma desigualdade de condições intelectuais, formativas e materiais.

Nesse sentido, para mitigar os danos provocados pelas escolhas políticas de precarização do mundo do trabalho e, como consequência da educação as recomendações da OCDE serão exímias em promover processos educacionais que se alinhem aos objetivos do desenvolvimento das competências socioemocionais e cognitivas, a fim de que estas atendam os desígnios do mundo do trabalho e do capital. Essa processualidade pode ser caracterizada pelo que Marise Ramos e Gaudêncio Frigotto (2023), definiram por dupla traição aos jovens.

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) completa a dupla traição aos jovens que frequentam a escola pública, vale dizer, filhas e filhos da classe trabalhadora. Dupla traição porque, por um lado, a contrarreforma e seus desdobramentos posteriores liquidam o sentido de educação básica e, portanto, com um currículo que se expressa pelo equilíbrio entre as áreas de conhecimento: ciências da natureza, ciências sociais e humanidades. Na formação básica, literatura, artes, sociologia, geografia são tão importantes quanto física, química, matemática, etc. Por outro lado, porque a formação humana e científica minimalista e fragmentada os prepara de forma desigual e em grande desvantagem para os desafios da vida social em geral – incluindo o prosseguimento estudos – e profissional em particular, negando-lhes condições similares dos que frequentam as escolas públicas federais e grande parte das escolas privadas (Ramos, Frigotto, 2023, p. 209-210).

O estudante da escola pública e produto deste Novo Ensino Médio será o único responsável por seu destino, pois o movimento de individualização e desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas e socioemocionais, acaba em atender as demandas do século XXI em que se discutem o avanço tecnológico e a rapidez das informações e o atendimento às exigências feitas pelo mercado, que atualmente se tornou o regulador da vida e da educação.

Para a OCDE, o desenvolvimento das competências socioemocionais implica no aprimoramento dos resultados. A organização aponta como exemplo prático, o desenvolvimento do “Projeto SOL OCDE” (Ocde, 2015, p. 24), iniciado em 2005 e apresenta como a aprendizagem pode influenciar

em resultados como saúde. A educação seria um meio de estimular estilos de vida mais saudáveis e o Engajamento Cívico e Social (Ocde, 2015, p.24).

Dez anos depois da publicação deste relatório da Ocde, conseguimos ter materializada as competências socioemocionais no campo educacional. Diante desse paradigma, começamos a entender que o “esforço” feito pela organização, nesse relatório, consegue capturar os indivíduos por meio do embaralhamento e na insistência por meio da linguagem. A repetência em enunciar que a organização é comprometida com a melhoria de estilos de vida, compromisso com a educação das pessoas em condições socioeconômicas vulneráveis, com o desenvolvimento de uma sociedade igualitária, no incentivo à participação social e gosto pela vida demonstra o instrumento perfeito para por em curso os projetos de educação como a Lei nº 13.415/2017 do Novo Ensino Médio.

Considerações Finais

O relatório aponta que a flexibilidade a ser desenvolvida nas escolas e no trabalho dos professores deve ter por objetivo o aprimoramento das competências, assim como a preparação de aulas e a escolha de disciplinas para o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

O que mais chama a atenção nos objetivos do relatório corresponde ao período da infância, que seria destinado ao desenvolvimento socioemocional e cognitivo, a fim de que a criança possa já ser adaptada para um mundo em transformação, possibilitando que esta enfrente as oscilações econômicas, sociais e tecnológicas. O que é enfatizado no presente documento é que os sujeitos adaptáveis possuem a chance de prosperarem economicamente, sendo saudáveis e felizes, ou seja, a materialidade da vida se encontra no poder econômico.

Existe uma contradição que é apontada pelo próprio relatório, no sentido de conceber o indivíduo, como uma expressão matemática, com um único resultado a ser obtido, algo pronto. O relatório aponta que dentro das condições materiais existentes, este sujeito será capaz ou não de obter

sucesso intelectual, social, profissional e econômico. Para a realidade brasileira isto acaba por emitir uma contradição mediante ao quantitativo de pessoas, que ainda se encontram em extrema pobreza, que totaliza um universo de 59 milhões de indivíduos no ano de 2024, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disponibilizada no portal do Governo Federal.

A implementação do Novo Ensino Médio vai de encontro com as prescrições das políticas da OCDE, que adotam as competências socioemocionais para fins de atender as demandas do capital. O compromisso por uma formação que desenvolva a ética, a capacidade política e a imersão no conhecimento científico constitui-se por um processo formativo que tenha como elemento a promoção de relações coletivas e a construção coletiva do conhecimento. Esse processo possibilita que os sujeitos consigam se expressar e entender sua relevância e atuação no mundo de maneira crítica, consciente e reflexiva. A interferência e influência dos organismos internacionais nas políticas públicas educacionais deveria soar como um alerta para a classe educacional, pois há mudanças significativas em curso, que têm alterado a realidade e a dinâmica escolar. A ação prescritiva desses organismos tem retirado a centralidade do trabalho do professor e modificado a atuação do Estado fazendo com que este agora opere sob os moldes de uma empresa privada. A implementação desse processo em grande parte do setor público aparece como uma espécie de tentáculo, que tem tomado mais espaços e transformado a escola sob o ritmo de uma empresa com os princípios de metas, avaliações e promoções.

Referências

ALVES, Dálton José. Notas para o Estudo do Trabalho Industrial Urbano: o princípio educativo da “escola para todos” a partir da modernidade. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 38–60, Niterói. 2020. Disponível

em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40491>. Acesso em: 22 de agosto de 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL – Secretaria de Comunicação Social. IBGE: em 2023, 8,7 milhões de pessoas deixaram a pobreza. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, RJ [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/12/ibge-em-2023-8-7-milhoes-de-pessoas-deixaram-pobreza-e-extrema-pobreza#:~:text=No%20mesmo%20per%C3%ADodo%2C%20a%20propor%C3%A7%C3%A3o,milh%C3%B5es%20para%209%2C5%20milh%C3%B5es.>

Acesso em 01 de julho de 2025.

FRIGOTTO, Gaudencio. Teoria e Práxis e o Antagonismo Entre A Formação Politécnica e As Relações Sociais Capitalistas. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 67-82, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zQ8Gc4nzkz3y5kSfcxqdRZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de agosto de 2025.

HERNANDES, PAULO ROMUALDO. A Lei no 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do Ensino Médio. Ensaio. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-20, julho/setembro.2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/ZdBLwn6JQVcyw5CcCXpnRFS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de junho de 2025.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, volume 14, 2018.

MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto. Implementação do Novo Ensino Médio Nos Estados Brasileiros: panorama da incorporação das competências

socioemocionais nas políticas curriculares. **Revista Formação em Movimento**. Rio de Janeiro, v. 5, p. 1-22., dezembro. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/724/767>. Acesso em: 30 de junho de 2025.

MOURA, Aline. de Carvalho. CRUZ, Andreia Gomes da. As políticas educacionais e o agravamento da desigualdade social: considerações acerca do governo Bolsonaro. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Nova Iguaçu, v. 7, n. 12, p. 1-19., dezembro. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rtps/article/view/624>. Acesso em: 29 de junho de 2025.

NEVES, Leonardo Paz. A adesão do Brasil à OCDE em uma Realidade Multipolar. **Cadernos Adenauer XXIII**, Rio de Janeiro, v.1., nº 3, 13.p, dezembro. 2022. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/51e29a0d-4f19-41a5-833a-2ec9c268ac80/content>. Acesso em: 29 de junho de 2025.

OCDE - Estudos da OCDE sobre competências: competências para o progresso social: o poder das competências socioemocionais / OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos. – São Paulo: Fundação Santillana, 2015. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/pt/publications/reports/2015/03/skills-for-social-progress_g1g4c895/9789264249837-pt.pdf. Acesso em: 29 de junho de 2025.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v.1, n.1, 12.p, agosto. 1997. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/ba893078-a840-4c63-834a-b00c5348b24e>. Acesso em: 28 de junho de 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências e a psicologização das questões sociais. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, v. 27, n.3, p. 01-64, setembro. 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/573>. Acesso em: 20 de agosto de 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. FRIGOTTO, Gaudencio. A contrarreforma do ensino médio: dupla traição aos jovens da escola pública. In: FRIGOTTO, Gaudencio (org.). **Ensino médio no Brasil e sua (im) possibilidade histórica**. 1ed. Rio de Janeiro e São Paulo.: LPP/UERJ e Expressão Popular, 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. PARANHOS, Michelle Pinto. Contrarreforma do ensino médio: dimensão renovada da pedagogia das competências? **Retratos da Escola**. Brasília, v. 16, n. 34, p. 71–88, junho. 2022. Disponível em: 10.22420/rde.v16i34.1488. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1488>. Acesso em: 01 de julho de 2025.

SAVIANI, Demerval. Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. **Germinal: marxismo e educação em debate**. Bahia, v. 7, n. 1, p. 286–293, janeiro. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575>. Acesso em: 22 de agosto de 2025.